

AÇÃO CULTURAL E CIDADANIA: uma história sem fim*

Francinete Fernandes de Sousa**

Rosires de Andrade Carvalho**

Vanildo Mousinho Marinho**

Resumo

Trata-se de uma reflexão sobre a questão da cidadania como elemento essencial dentro das práticas de ação cultural. Toma como base a experiência da "Oficina de Criação" desenvolvida no Centro Popular de Documentação e Informação Utilitária do Baixo Roger - CIPRO, em João Pessoa Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

Nas sociedades modernas, nota-se uma crescente preocupação com a garantia dos direitos humanos, manifestada, claramente, através do que se coloca nas cartas constitucionais de diversos países. Constata-se, porém, que na prática, nem sempre isto é respeitado.

No caso brasileiro, verificamos de maneira bastante evidente esse fato, embora a nossa Constituição seja considerada uma das mais avançadas do mundo, no que tange à garantia dos direitos do cidadão. O jornalista Gilberto DIMENSTEIN, em recente trabalho refere-se à cidadania brasileira como sendo garantida apenas no texto constitucional, o que denomina "Cidadania de Papel" (1994, p. 15) Contradições como essa perpassam a nossa sociedade, e cada vez mais nos sentimos perplexos e nos perguntamos. afinal, que país é este?

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, no capítulo dedicado à criança e ao adolescente - art. 227, afirma:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Na realidade, constatamos um encaminhamento totalmente diverso desta afirmativa, uma vez que salta aos olhos a situação de abandono em que se encontra grande parte dos meninos e meninas em nosso país. Muitas crianças vivem em condições subumanas, à mercê de todo tipo de violência inerente a uma sociedade marcada pela desigualdade econômica, resultante de um processo histórico em que a renda é distribuída de maneira injusta, privilegiando uns poucos em detrimento da grande maioria.

* Trabalho apresentado originalmente à disciplina *Informação e cidadania*, do Mestrado em Biblioteconomia/UFPB

Inúmeros chavões são delegados à infância: "a criança é a semente do amanhã", "criança futuro do País", "criança esperança". Estes chavões apresentam-se como perspectiva de futuro promissor do País'. Tal perspectiva torna-se violentada à medida que não existem garantias mínimas de sobrevivência para muitas famílias, as quais cabe a responsabilidade pelo desenvolvimento global da criança.

Esquece-se, ainda, que esta criança necessita não só do pão e do carinho, mas também da educação, do lazer e da cultura Isto no momento presente, não no futuro. Que futuro será este, onde no presente não é dado à criança o direito à sobrevivência e à sua formação, a fim de que se torne um adulto consciente e livre, ou seja, um sujeito de sua história?

2 CONSTRUINDO A CIDADANIA

No processo de construção da cidadania, entendemos ser a educação um aspecto fundamental, principalmente, quando se trata da criança, enquanto ser em formação. A própria Constituição brasileira refere-se à educação como sendo o suporte para o pleno desenvolvimento da pessoa. Não devemos esquecer, entretanto, como afirma Ester Buffa (1988), que não se pode reduzir a cidadania a uma questão educativa, seria uma forma de ocultar problemas básicos como os que provêm do capitalismo, por exemplo.

Quando se trata das camadas populares, muitas indagações nos vêm a mente: como? Por quê? para que educar, informar seres humanos que não possuem sequer "alimentação básica"? A resposta a tal pergunta pode estar na conscientização. Conscientização entendida como a meta necessária e primeira para o ser sujeito no mundo. A mesma deve dar-se a partir do reconhecimento do eu como sujeito ativo e interferente no mundo, criador, participante, que faz o elo entre o saber da sua comunidade e o saber universal. Essa tomada de consciência do estar no mundo torna-se o primeiro passo para o reconhecimento do indivíduo enquanto cidadão, o qual sabe lutar por seus direitos e reivindicar melhores condições de vida.

Diversas instituições têm se envolvido em ações que procuram discutir e trabalhar essas questões. Atuar neste sentido, junto às comunidades carentes, tem sido meta tanto de setores do Estado como da igreja e de órgãos privados.

A universidade, tida como formadora do pensamento crítico de nossa sociedade, constantemente é solicitada a interferir nessas áreas. Vários projetos são encaminhados objetivando levar a educação, a informação, entendidas como necessárias, a estas comunidades. Porém, muitos deles são impostos, com a melhor das "boas vontades", às vezes esquecendo-se de que os sujeitos a quem se destinam, tratados como meros objetos, são capazes de perceber as suas carências e construir, eles próprios, as respostas às suas necessidades.

O que acontece na maioria das vezes é a reprodução, através do sistema de ensino, da cultura dominante o que, como afirma Bourdieu e Passeron (1982), reforça, como poder simbólico, a reprodução contínua das relações de força no seio da sociedade.

Um contraponto significativo a esta teoria e apresentado por Giroux, citado por Magda Soares (1986, p. 73-75). O mesmo faz sérias críticas a abordagem destes, por entender que o modelo proposto não explica a existência, nas sociedades capitalistas, de conflitos dentro e entre as diferentes classes. Giroux propõe um modelo radical, que contém elementos de luta e solidariedade. Ele afirma que é possível criar, dentro das instituições, áreas de resistência que podem possibilitar novas formas de educar, informar etc.

3 REFLETINDO A EXPERIÊNCIA

Em acordo com a perspectiva que apresentamos, entendemos ser possível o desenvolvimento de trabalhos que promovam o acesso de indivíduos à cidadania, a partir dos focos de resistência. Nós, enquanto educadores, nos propusemos a pôr em prática, através da "Oficina de criação", trabalho que desenvolvemos como atividade prática da disciplina Biblioteca Cultura e Sociedade, do Mestrado em Biblioteconomia da UFPB3, uma proposta que vislumbra bem mais que o utilitarismo do conhecimento, porque...

"A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte" (ANTUNES e outros).

Sabe-se que o prazer, a diversão e a arte usualmente não são colocados nas propostas de ação cultural. Cremos que essas iniciativas assim elaboradas deixam de possibilitar diversas formas de leitura de mundo que venham a envolver todas as dimensões dos sentidos, as quais vão além da mera leitura imediata da realidade que se apresenta. A relação de prazer com a arte e com a cultura foi uma das metas dessa experiência.

Nesse sentido, enfocando o lúdico como contraposição que está estabelecido, procuramos contribuir para o desenvolvimento do indivíduo numa prática de respeito e democracia. Buscamos, desta forma, incentivar a criança e o adolescente para o exercício da cidadania plena, exercício que passa, também, pelo direito de ter acesso às fontes culturais, o que, mesmo garantido pela Constituição⁴, nem sempre é respeitado.

"A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte (ANTUNES e outros).

Na oficina do Roger, instigamos os meninos a observarem, a analisarem e a criticarem as peças do Centro Cultural São Francisco. Levamos a idéia de trabalhar com elementos da conscientização, romper limites físicos e conceituais da comunidade, estimulá-los para, a partir do seu conhecimento, buscarem outras leituras da realidade.

A exploração visual, sonora e escrita dos objetos de arte do São Francisco, possibilitou o alargamento do conceito de leitura para os adolescentes. Isto fica claro numa das estrofes do livro produzido por eles:

"No Museu São Francisco tem xilogravuras
de poetas que fazem leituras".
(NASCIMENTO e outros, 1993).

Como afirma Maria Helena Martins (1982), a leitura pode ser entendida em três níveis - sensorial, emocional e racional. Nossa proposta envolveu estes níveis, indo um pouco além. Buscamos nas idéias de Paulo Freire (1978), que acredita ser a leitura do mundo anterior à leitura da palavra, introduzir o elemento questionador, problematizador. Nada foi aleatório, articulamos, de forma concreta, as representações do "popular" e do "erudito". A própria escolha do material a ser explorado nos ofereceu todo um repertório representativo no qual esses dois elementos apareceram interligados. Em outro momento do livro, identificamos a concretização destes objetivos:

"Museu São Francisco
que tem muitos objetos
artísticos e bonitos.
Tem artesanato, cultura

e ex-votos para turista
visitar e fotografar.
Tem equilibrista, tem
bumba-meu-boi e feijão com arroz".
(NASCIMENTO e outros, 1993)

Acreditamos o tempo todo que o elemento fundamental para o exercício da cidadania é a tomada de consciência do potencial transformador e criador do indivíduo.

Respaldados em nossa experiência anterior, enquanto professores, partimos do pressuposto que estes adolescentes, ao conseguirem elaborar e expressar suas idéias através das linguagens trabalhadas e, à medida que as apresentassem na forma acabada de um livro e de construções sonoras onde a interação entre som e corpo fosse vivenciada, se sentiriam valorizados e alimentados na sua auto-estima.

Acreditávamos ainda, desde o início, que esses elementos todos seriam muito mais reforçados se o trabalho (ação cultural) possibilitasse uma ponte entre essa comunidade marginalizada e o espaço nobre da cidade. Espaço este onde se poderia conhecer um monumento público e religioso, além de o mesmo ser, também, símbolo da colonização européia, ou seja, um monumento à cultura erudita. O acesso a tal monumento e à história de sua criação possibilitaria à comunidade uma visão histórico-crítica de suas origens, passando a entender um pouco o poder da igreja enquanto monopólio concentrador de riquezas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Usamos como tema, para o desenvolvimento de nosso trabalho, o Centro Cultural São Francisco - representativo da cultura erudita - com o objetivo de o mesmo ser explorado dentro da lógica popular, através do cordel. Acreditamos, assim como Maffesoli (1985, p. 191),

que determinando-se alguns eixos em torno dos quais se organizam as práticas e as representações sociais, é possível dar-se conta, a um só tempo, da invariância e do aspecto ondulatório dos elementos que estruturam a existência. A conjunção desta estática e desta dinâmica desempenha importante papel, sob múltiplas denominações, no que se convencionou chamar sabedoria popular.

Assim sendo, crendo na dinâmica do ser, buscamos em conjunto uma linha que norteasse nossos caminhos:

- a) Os nossos, enquanto educadores, no sentido de refletir sobre um conhecimento comum, que estivesse o mais perto possível da sociedade de base, longe do "pré-conceito" de que o saber institucionalizado deve prevalecer sobre o saber do cotidiano.
- b) Os dos adolescentes, buscando justamente uma linha norteadora para suas vidas, a partir do conhecimento acumulado de cada um, bem como da apropriação por eles de um espaço físico, tido como pertencente à classe dominante.

Parece-nos que conseguimos alguma coisa de nosso intento. Vejamos a última estrofe do livro elaborado pelos meninos:

"Aprendemos a cantar, a desenhar e a rimar
tudo isso feito lá,
no São Francisco que agora
se tornou também nosso lugar".
(NASCIMENTO e outros, 1993)

Temos, portanto, a nosso ver, uma experiência que se realizou procurando fazer valer o direito à informação e estimulando a leitura crítica e consciente da realidade, na tentativa de contribuir para a construção da cidadania. Sucesso? Insucesso? São respostas que reflexões posteriores nos darão.

CULTURAL ACTION AND CITIZENSHIP: a story without an end

Abstract

This article is a reflection on the question of citizenship as an essential element in practices of cultural action and is based on the experience of the "Creation Workshop" developed at the Popular Centre of Documentation and Utilitarian Information (CIPRO in the Baixo Roger district of João Pessoa, in the state of Paraíba).

NOTAS

1. Estas são frases de efeito que se apropriam da condição de ser em desenvolvimento, que é a criança, sendo utilizada de forma estereotipada.
2. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Art. 205: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".
3. Este trabalho realizou-se com a participação de crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos de idade, frequentadores do Centro Popular de Documentação e Informação Utilitária do Baixo Roger - CIPRO. Para informações completas sobre esse trabalho ver:

CARVALHO, Rosires de A., SOUSA, Francinete F. de, MARINHO, Vanildo M. Oficina de Criação: histórias, desenhos e sons. Mestrado em Biblioteconomia. João Pessoa, 1994. (Relatório apresentado à disciplina Biblioteca Cultura e Sociedade). 4. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Art. 215: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará, e incentivará, a valorização e a difusão das manifestações culturais".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Arnaldo, FROMMER, Marcelo, BRITTO, Sérgio. Comida. In: MONTE, Marisa. EMI - ODEON BRASIL, 1988. (CD).

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BUFFA, Ester et al. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão. São Paulo: Cortez, 1988.

CARVALHO, Rosires de Andrade, SOUSA, Francinete Fernandes de, MARINHO, Vanildo Mousinho. **Oficina de criação**: histórias, desenhos e sons. João Pessoa, Mestrado em Biblioteconomia 1994. (relatório apresentado à disciplina Biblioteca Cultura e Sociedade).

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.

FREIRE, Paulo **A importância do ato de ler**. São Paulo: Autores Associados, Cortez, Paz e Terra, 1978,

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986. p 73-75.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARTINS, M Helena. **O que é leitura**. 11. ed. São Paulo Brasiliense, 1982.

NASCIMENTO, Fábio et al. **Rimas do São Francisco**: uma história sem fim. João Pessoa, 1993. (Produção artesanal).